

## LETRAMENTO DIGITAL INCLUSIVO E JUSTIÇA DE PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA

Leilaine Kendra Peres Araújo de Paiva<sup>1</sup>

Andreza de Oliveira Franco Santos<sup>2</sup>

Elizabeth Correia de Lima Souza<sup>3</sup>

Jane Márcia Jordão Gomes Coelho<sup>4</sup>

Maria Celia Melo da Silva<sup>5</sup>

Rebeca Sales Giugni<sup>6</sup>

Wanderson Figueira Mendonça<sup>7</sup>

**RESUMO:** Este artigo discute o letramento digital inclusivo como eixo de justiça de participação na escola, examinando como leitura, autoria e curadoria de informações se articulam a condições de acesso e mediação docente. O objetivo geral consiste em analisar caminhos pedagógicos para integrar recursos digitais ao currículo sem transformar familiaridade tecnológica em vantagem escolar. A metodologia adotada é Pesquisa Bibliográfica, com recorte temático, leitura interpretativa e síntese por eixos, conforme Lakatos e Marconi (2017) e Severino (2016). O desenvolvimento toma como autores centrais Cazeli et al. (2024), Pierobon (2021) e Souza (2023), articulando integração de aplicativos, multiletramentos e dimensões sociais do digital. O texto aborda desafios da leitura em suportes digitais, critérios de acessibilidade e implicações para avaliação formativa, além de tensões discursivas ligadas à linguagem inclusiva. Sustenta-se que a inclusão digital depende de objetivos formativos explícitos, acompanhamento contínuo e escolhas didáticas que tratem linguagem e participação como conteúdos, reduzindo desigualdades internas de aprendizagem e ampliando oportunidades de expressão e estudo.

**Palavras-chave:** Letramento Digital. Inclusão. Leitura Digital. Acessibilidade. Avaliação Formativa.

1

**ABSTRACT:** This article discusses inclusive digital literacy as an axis of participation justice in school, examining how reading, authorship, and information curation connect to access conditions and teacher mediation. The general objective is to analyze pedagogical pathways to integrate digital resources into the curriculum without turning technological familiarity into school advantage. The methodology adopted is Bibliographic Research, with thematic delimitation, interpretive reading, and synthesis by axes, following Lakatos and Marconi (2017) and Severino (2016). The development takes Cazeli et al. (2024), Pierobon (2021), and Souza (2023) as central authors, articulating app integration, multiliteracies, and social dimensions of the digital. The text addresses challenges of reading in digital supports, accessibility criteria, and implications for formative assessment, as well as discursive tensions related to inclusive language. It argues that digital inclusion depends on explicit formative goals, continuous monitoring, and didactic choices that treat language and participation as content, reducing internal learning inequalities and expanding opportunities for expression and study.

**Keywords:** Digital Literacy. Inclusion. Digital Reading. Accessibility. Formative Assessment.

<sup>1</sup>Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação, Must University (MUST).

<sup>2</sup>Mestranda em Letras, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

<sup>3</sup>Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação, Must University (MUST).

<sup>4</sup>Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação, Must University (MUST)

<sup>5</sup>Mestra em Tecnologias Emergentes em Educação, Must University (MUST)

<sup>6</sup>Mestranda em Estudo Jurídicos com ênfase em Direito Internacional, Must University (MUST)

<sup>7</sup>Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação, Must University (MUST).

## I. INTRODUÇÃO

O letramento digital inclusivo se coloca como demanda educacional porque práticas de estudo, comunicação e produção de textos circulam em ambientes digitais, exigindo que a escola ensine critérios de leitura, autoria e convivência. Em redes públicas, diferenças de acesso e de repertório não aparecem apenas no dispositivo disponível, pois também se manifestam no modo como estudantes interpretam informações, organizam tarefas e sustentam participação em atividades mediadas por tecnologia.

O problema de pesquisa formulado neste texto pergunta como práticas escolares podem promover letramento digital inclusivo sem converter familiaridade tecnológica em mecanismo de seleção entre estudantes. A questão se torna urgente quando tarefas digitais são apresentadas como solução automática, pois a execução de etapas pode mascarar dificuldades de leitura e de compreensão, e isso amplia desigualdades internas de aprendizagem e reduz oportunidades de autoria e expressão.

A justificativa teórica e social se sustenta porque inclusão digital envolve participação cultural e discursiva, e não se esgota em treinar habilidades operacionais. Pierobon (2021) discute multiletramentos como possibilidade de inclusão social, indicando que a escola precisa reconhecer práticas de linguagem em diferentes mídias, ao mesmo tempo em que ensina critérios para interpretar, selecionar e responder a discursos que circulam em redes e plataformas.

O objetivo geral consiste em analisar caminhos pedagógicos para o letramento digital inclusivo na escola, articulando integração de recursos, leitura digital e avaliação formativa. Como objetivos específicos, busca-se discutir critérios para integração de aplicativos educacionais, examinar desafios da leitura digital e suas implicações para aprendizagem, e problematizar tensões discursivas ligadas à linguagem inclusiva, pois tais dimensões interferem no modo como estudantes participam e aprendem.

A metodologia adotada é Pesquisa Bibliográfica, estruturada por delimitação temática, seleção de referências e construção de eixos interpretativos que conectam práticas digitais a decisões curriculares e avaliativas. Lakatos e Marconi (2017) e Severino (2016) orientam rigor na definição do problema, na leitura analítica e na síntese, permitindo sustentar argumentação com coerência e evitar generalizações que apaguem diferenças de contexto e de participação.

O texto se organiza nos tópicos 2 Integração de recursos digitais e alfabetização digital; 2.1 Leitura digital, criticidade e autoria; 2.2 Inclusão, acessibilidade e educação especial no digital;

2.3 Linguagem inclusiva e disputas discursivas em ambientes digitais. A progressão argumentativa busca articular mediação docente, currículo e avaliação, indicando como decisões pedagógicas reduzem barreiras e ampliam oportunidades de participação.

## 2. Integração de Recursos Digitais e Alfabetização Digital

Integrar recursos digitais à alfabetização requer decisões curriculares explícitas, pois aplicativos e plataformas podem apoiar aprendizagem quando se conectam a objetivos de linguagem e a rotinas de acompanhamento. Em turmas heterogêneas, a mediação precisa organizar etapas, prever apoio e sustentar devolutivas, pois a atividade digital sem orientação tende a premiar rapidez e familiaridade prévia, ampliando desigualdades internas e fragilizando participação.

Cazeli et al. (2024) descrevem a integração de aplicativos educacionais para alfabetização digital como prática que envolve seleção de ferramentas, acompanhamento do progresso e intencionalidade didática no desenho das tarefas. Essa formulação desloca o foco da ferramenta para a mediação, pois a qualidade do planejamento determina se o estudante desenvolve autonomia com compreensão, e não apenas cumpre comandos e etapas sem construção de sentido.

Considero que a integração precisa ser avaliada pelo que produz em leitura e escrita, e não pela quantidade de atividades realizadas, pois o digital pode gerar volume sem aprendizagem consistente. Quando o professor usa critérios de evidência e propõe momentos de explicitação, a atividade digital se torna parte do currículo e reduz a dependência de apoio externo, sustentando participação de estudantes com trajetórias de acesso desiguais.

Silva et al. (2024) discutem desafios e oportunidades da leitura digital, apontando mudanças de atenção e de construção de sentido em ambientes hipertextuais. Essa discussão reforça que aplicativos não resolvem dificuldades de compreensão, pois estudantes precisam aprender estratégias de leitura, seleção e síntese, e a escola deve ensinar como organizar estudo e como justificar escolhas, mantendo a aprendizagem como foco do uso tecnológico.

A integração também precisa considerar a educação a distância e suas implicações para inclusão, pois atividades mediadas por tecnologia podem ampliar acesso quando há suporte e organização pedagógica. Pereira (2019) discute potencialidades da educação a distância para inclusão social, sugerindo que autonomia exige ensino de procedimentos, de modo que a escola

precisa prever rotinas de acompanhamento e reduzir a dependência de condições domésticas para sustentar permanência.

Souza (2024) descreve projeto que trata tecnologia como aliada para inclusão, alfabetização e letramento, enfatizando a necessidade de planejamento e sentido pedagógico para que a ferramenta não se torne adereço. Essa contribuição sustenta que integração digital precisa ser parte de uma proposta didática, pois inclusão se fortalece quando o estudante compreende objetivos, participa de tarefas com critérios e recebe devolutivas que orientem revisão e progressos.

As práticas digitais também demandam atenção às diferenças de faixa etária, pois alfabetização e letramento exigem rotinas de linguagem e experiências graduadas. Boldrini e Pedrosa (2022) discutem letramento digital na educação infantil, indicando possibilidades e desafios, e essa leitura reforça que decisões de integração devem respeitar desenvolvimento e criar continuidade, evitando rupturas que produzam exclusão por excesso de exigência técnica.

## 2.1 Leitura Digital, Criticidade e Autoria

A leitura digital exige que a escola ensine procedimentos de navegação e interpretação, pois links, multimodalidade e excesso de estímulos alteram o modo de construir sentido e de sustentar atenção. Em perspectiva inclusiva, o professor precisa planejar momentos de leitura guiada e de síntese, pois a autonomia do estudante depende de ensino e apoio, e a ausência de mediação tende a produzir dispersão e superficialidade.

Silva et al. (2024) argumentam que a leitura digital combina desafios e oportunidades, exigindo orientação didática para transformar navegação em compreensão. Essa posição sugere que a escola deve ensinar curadoria de fontes, comparação de versões e justificativa de escolhas, pois a leitura em tela envolve decisões frequentes, e o estudante precisa aprender a organizar informações e a sustentar inferências em tarefas de estudo.

Entendo que criticidade digital se fortalece quando a escola trabalha autoria como responsabilidade, exigindo que o estudante explicita critérios de seleção e revise argumentos, em vez de apenas reproduzir conteúdos. Ao propor tarefas com devolutivas e reescrita, o professor reduz o peso da familiaridade tecnológica e valoriza processos de compreensão, o que cria espaço para participação de estudantes com ritmos diversos.

Santos (2025) discute letramento digital e letramento crítico no ensino de língua inglesa, indicando que práticas digitais podem ampliar análise de discursos e participação em debates.

Essa articulação sustenta que a escola pode tratar o digital como campo de leitura e argumentação, pois o estudante aprende a reconhecer posições, interesses e efeitos de linguagem, construindo repertório para agir com autonomia e responsabilidade em ambientes digitais.

A leitura digital também envolve acolhimento linguístico e inclusão por meio da escrita, especialmente em contextos de migração e deslocamento. Simões (2021) discute escrita em português como língua de acolhimento como ferramenta de inclusão, e essa contribuição permite pensar que práticas digitais podem apoiar produção textual e participação, desde que a escola garanta mediação e critérios para sustentar pertencimento e aprendizagem.

Mattos (2019) discute desenvolvimento de leitura crítica para inclusão digital, indicando que letramentos envolvem posicionamento diante de discursos e capacidade de interpretar efeitos. Esse argumento reforça que a criticidade precisa ser ensinada em tarefas concretas, pois o estudante deve aprender a diferenciar opinião de evidência, a checar fontes e a sustentar argumentos, vinculando leitura digital a objetivos curriculares e a práticas de escrita.

A autoria também se relaciona a escolhas de linguagem e a reconhecimento de identidades, pois ambientes digitais intensificam circulação de normas e disputas discursivas. Ao trabalhar produção de textos multimodais com critérios de qualidade, a escola valoriza repertórios e cria condições de participação, e o professor sustenta mediação que protege estudantes de exposição e promove convivência em tarefas colaborativas.

Souza (2023) discute aspectos sociais do letramento digital e possibilidades pedagógicas, destacando que práticas digitais se distribuem de modo desigual e exigem reconhecimento do contexto. Essa leitura sustenta que a escola deve articular criticidade e autoria a condições concretas de acesso e apoio, pois a inclusão se fortalece quando o professor planeja com base em diagnóstico e oferece caminhos de participação que não dependam de repertórios externos.

## **2.2 Inclusão, Acessibilidade e Educação Especial no Digital**

A inclusão digital exige acessibilidade, pois formatos, interfaces e linguagens podem se tornar barreiras para estudantes público da educação especial, afetando permanência e compreensão. Em práticas escolares, isso implica selecionar materiais com contraste, tipografia adequada e alternativas de acesso, além de adaptar instruções e tempos, pois a participação depende de condições didáticas que antecipem dificuldades e ofereçam suporte.

Duque et al. (2024) discutem educação especial, alfabetização e inclusão social, indicando que a aprendizagem precisa ser pensada com foco em participação e suporte, e não como exceção ao currículo. Essa discussão reforça que o digital pode ampliar oportunidades quando o professor organiza mediações e oferece alternativas, pois acessibilidade requer planejamento e acompanhamento, evitando que a atividade tecnológica se torne filtro que separa quem consegue navegar de quem precisa de apoio.

Considero que acessibilidade curricular no digital exige critérios públicos, pois decisões isoladas de cada docente produzem variação entre turmas e ampliam desigualdades internas. Ao construir parâmetros de materiais e de tarefas acessíveis, a escola cria previsibilidade e reduz improvisos, e o professor consegue planejar intervenções com base em objetivos e evidências, garantindo que estudantes participem com autonomia apoiada.

Santos et al. (2024) discutem práticas inovadoras ligadas a letramento digital e inclusão, indicando que tecnologia precisa ser integrada a intencionalidade pedagógica e a metas formativas. Essa leitura sustenta que o digital não deve ser usado como prêmio ou reforço, pois deve compor o currículo com acompanhamento, e a inclusão se fortalece quando o professor garante devolutivas e ajusta tarefas ao que o estudante demonstra em processo.

A educação infantil também demanda atenção, pois experiências iniciais com linguagem e tecnologias moldam hábitos de leitura e participação que se prolongam na escolarização. Boldrini e Pedrosa (2022) indicam possibilidades e desafios no letramento digital infantil, e essa contribuição orienta pensar acessibilidade como componente do planejamento desde cedo, evitando que a escola introduza o digital de modo abrupto e excludente.

Souza (2024) apresenta projeto que trata tecnologia como aliada para inclusão, alfabetização e letramento, e esse enfoque sugere que a escola pode articular recursos digitais a práticas de linguagem com intencionalidade. Essa contribuição sustenta que acessibilidade também envolve organização do trabalho docente, pois o professor precisa de tempo para planejar, testar e revisar materiais, garantindo que o recurso não gere barreiras por falta de mediação.

A inclusão digital, por sua vez, não se separa de inclusão social, pois participação em práticas digitais depende de condições de estudo, apoio e repertório cultural. Pierobon (2021) discute multiletramentos e inclusão social, e essa leitura reforça que acessibilidade deve contemplar linguagem e cultura, pois o estudante precisa compreender códigos de participação e produzir sentidos, integrando leitura, escrita e convivência em objetivos escolares.

### 2.3 Linguagem Inclusiva e Disputas Discursivas em Ambientes Digitais

Ambientes digitais amplificam disputas de linguagem, pois normas de interação e formas de nomear sujeitos influenciam reconhecimento, pertencimento e participação, afetando o que o estudante se autoriza a dizer. Na escola, o letramento digital inclusivo precisa tratar essas disputas como tema formativo, pois a linguagem organiza relações e pode produzir exclusões simbólicas, exigindo mediação docente com critérios.

Carreira e Carvalho (2024) discutem linguagem neutra e letramento inclusivo-incisivo, indicando que escolhas linguísticas produzem efeitos sociais e tensionam normas de comunicação. Essa discussão sustenta que a escola deve ensinar argumentação e respeito em debates digitais, pois a convivência depende de critérios, e o professor precisa orientar como sustentar posições e ouvir contrapontos, evitando que a participação seja capturada por hostilidade ou silenciamento.

Entendo que a escola pode reduzir conflitos improdutivos quando propõe tarefas com perguntas investigáveis, critérios de busca e exigência de justificativas, pois isso desloca a discussão de ataques pessoais para análise de linguagem e de efeitos. Ao organizar a atividade por etapas e devolutivas, o professor protege estudantes com menor segurança discursiva e cria condições de participação com densidade argumentativa.

Santos (2025) discute letramento crítico, indicando que práticas digitais podem ampliar análise de discursos e compreensão de valores, o que orienta pensar linguagem inclusiva como tema curricular. Essa leitura reforça que a escola precisa trabalhar efeitos da linguagem em grupos e identidades, pois o digital intensifica circulação de discursos e exige que o estudante aprenda a reconhecer pressupostos, interesses e consequências de escolhas vocabulares.

A escrita como ferramenta de inclusão também se conecta a experiências de acolhimento, pois participar em ambientes digitais requer repertório de linguagem e segurança para produzir textos. Simões (2021) discute escrita em português língua de acolhimento como instrumento de inclusão, e essa contribuição permite pensar que tarefas digitais podem apoiar produção e revisão textual, desde que a escola ofereça mediação e critérios que sustentem pertencimento.

Mattos (2019) discute leitura crítica para inclusão digital, sugerindo que interpretar discursos envolve reconhecer intencionalidades e efeitos, o que se aplica às disputas linguísticas em redes. Essa perspectiva sustenta que o professor deve orientar análise de enunciados,

evitando julgamentos rápidos e ensinando como sustentar argumentos, pois o estudante aprende a participar quando compreende regras de diálogo e de evidência.

Por outro lado, a escola precisa evitar transformar linguagem inclusiva em tópico de punição ou ridicularização, pois isso bloqueia participação e reforça exclusão simbólica, sobretudo em turmas heterogêneas. Uma mediação cuidadosa exige pactos de convivência e momentos de revisão coletiva de textos, de modo que a discussão se mantenha ligada a objetivos formativos e a critérios de comunicação respeitosa.

Carreira e Carvalho (2024) reforçam que debates sobre linguagem implicam reconhecimento e disputa por sentidos, e isso exige que a escola forme estudantes para argumentar com responsabilidade. Essa discussão sustenta que o letramento digital inclusivo precisa integrar linguagem, ética e participação, pois a inclusão se expressa quando o estudante consegue falar, escrever e revisar sem sofrer silenciamento, mantendo vínculos com o currículo.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto retomou o objetivo geral de analisar caminhos pedagógicos para o letramento digital inclusivo, articulando integração de recursos, leitura digital, acessibilidade e linguagem como dimensões de uma mesma política escolar. Foram discutidos desafios de mediação docente, critérios de avaliação formativa e condições de participação, indicando que a inclusão digital se fortalece quando objetivos e devolutivas orientam o processo de aprendizagem.

Os objetivos específicos foram recuperados ao examinar integração de aplicativos, criticidade na leitura digital, acessibilidade para educação especial e disputas discursivas ligadas à linguagem inclusiva, evidenciando que decisões curriculares modulam oportunidades de autoria. A análise indicou que reduzir desigualdades internas depende de planejamento com base em diagnóstico, pactos de convivência e materiais acessíveis, sustentando participação e aprendizagem como direitos educacionais.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLDRINI, T. A. M., & Pedrosa, S. M. P. de A. (2022). Letramento digital na educação infantil: Possibilidades e desafios. *Anais do Seminário Internacional de Linguagens, Culturas, Tecnologias e Inclusão*. <https://doi.org/10.29327/163666.2-4>

CARREIRA, R. A. R., & Carvalho, L. F. S. de. (2024). Linguagem neutra e letramento inclusivo-incisivo. *Descentrada*, 8(1). <https://doi.org/10.24215/25457284e221>

- CAZELI, G. G., Silva, A. J., Boré, A. P., Amorim, C. A. de S., Portes, C. S. V., & Amorim, M. G. R. de O. (2024). Integração de aplicativos educacionais para alfabetização digital. In S. M. A. V. Santos & A. da S. Franqueira (Orgs.), *Educação em foco: inclusão, tecnologias e formação docente* (pp. 226–250). Arché. <https://doi.org/10.51891/rease.978-65-6054-112-2-10>
- Duque, R. de C. S., Viudes, M. M., Campos, D. R. de, Xavier, R. M. L., & Souza, A. S. de. (2024). Educação especial: Alfabetização e inclusão social em foco. In *Práticas inovadoras na educação: letramento e inclusão no contexto digital*. EBPCA. <https://doi.org/10.51473/ed.al.pie3>
- LAKATOS, E. M., & Marconi, M. de A. (2017). *Fundamentos de metodologia científica* (9. ed.). Atlas.
- MATTOS, E. (2019). Letramento(s) na contemporaneidade: Desenvolvendo habilidades de leitura crítica para a inclusão digital. *Revista de Estudos Acadêmicos de Letras*, 12(3), 141–155. <https://doi.org/10.30681/23588403v12i03141155>
- PEREIRA, D. de O. (2019). O letramento digital e a educação a distância: Potencialidades para a inclusão social. In *Educação e tecnologias: experiências, desafios e perspectivas* (pp. 205–215). Atena Editora. <https://doi.org/10.22533/at.ed.71519170418>
- PIEROBON, R. U. S. (2021). Letramento digital e multiletramentos possibilidades para inclusão social. In *Sobre as tecnologias no contexto educativo: abordagens comunicativas, autocríticas e (re) construtivas* (pp. 46–57). Arco Editores. <https://doi.org/10.48209/978-03-994894-5-7>
- SANTOS, K. M. dos. (2025). Perspectivas para ensino de língua inglesa no contexto atual: Letramento digital e letramento crítico em discussão. *SciELO Preprints*. <https://doi.org/10.1590/scielopreprints.13012>
- SANTOS, S. M. A. V., Franqueira, A. da S., Viana, S. C., & Ribeiro, G. C. (2024). *Práticas inovadoras na educação: letramento digital e inclusão na era da transformação tecnológica*. Arché. <https://doi.org/10.51891/rease.978-65-6054-115-3-0>
- SEVERINO, A. J. (2016). *Metodologia do trabalho científico* (24. ed.). Cortez.
- Simões, J. L. (2021). *O letramento na sala de aula de português língua de acolhimento: a escrita como ferramenta de inclusão* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/d.8.2021.tde-26112021-210529>
- SOUZA, J. K. N. de. (2024). Projeto: Tecnologia: Uma aliada para a inclusão, alfabetização e o letramento. *Even3*. <https://doi.org/10.29327/7423062>
- SOUZA, V. V. S. (2023). Letramento digital: Aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. In *Oficina de letramento acadêmico* (pp. 40–62). Pimenta Cultural. <https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2023.97402.2>